

Classificação como instrumento de desenvolvimento nacional

Representantes das três esferas de governo destacam, na abertura do II Seminário da Classificação Nacional de Atividades Econômicas, a importância da CNAE para o desenvolvimento econômico nacional

Foi aberto na Estação Embratel Convention Center, em Curitiba, na manhã dessa segunda-feira (05/11), o II Seminário da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), com a presença do Superintendente Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal, Luís Bernardi, do Coordenador-Geral de Política Tributária, Ronaldo Lázaro Media, do Gerente Regional do IBGE/PR, Sinval Dias dos Santos, do Diretor da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, Luís Carlos Vieira, e do Secretário de Finanças da cidade de Curitiba, Luís Eduardo V. Sebastiani.

De acordo com o Gerente Regional do IBGE/PR, Sinval Dias dos Santos, a CNAE já é utilizada desde 1994 na maioria dos órgãos federais e das secretarias de Fazenda e Finanças nos estados e nas capitais brasileiras. Ele destacou a importância da padronização da CNAE para a ampliação de sua adoção e a conseqüente valorização desse instrumento. “À medida que conseguirmos ampliar o número de órgãos que a utilizam, teremos uma valorização cada vez maior da CNAE”, disse.

Para o Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil em Curitiba, Luís Bernardi, projetos da magnitude da CNAE, ao lado do Cadastro Sincronizado e da Nota Fiscal Eletrônica, revelam uma “parceria” de todos os segmentos da sociedade organizada em busca de estender suas contribuições para o desenvolvimento do país. “Esse segundo seminário mostra, de maneira clara, que essa ação cooperativa, de parceria entre entidades públicas e privadas, na busca de um sistema de classificação moderno, amplo e efetivo, trará segurança às empresas e às administrações tributárias”, analisou. “São projetos que engrandecem o país e as instituições que deles participam”, concluiu.

Para Luís Eduardo da Veiga Sebastiani, Secretário de Finanças de Curitiba, o seminário é uma “expressão da cooperação



Representantes do governo na abertura do II Seminário da Classificação Nacional de Atividades Econômicas

técnica e do caráter federativo” e terá o mérito de trazer o que há de mais recente em classificação das atividades econômicas, considerada por ele uma área vital para tornar as sociedades mais competitivas, ao contribuir para a desburocratização e para a abertura de novas fronteiras ao país, permitindo aos agentes públicos e econômicos se valer de uma importante base de informações.

Informação, continuidade e visão global

Após a abertura, os participantes - de todas as regiões do Brasil e do exterior - foram divididos em cinco grupos, cada um destinado a uma das estações de trabalho que compõem o “Circuito CNAE”. Nos cinco painéis, serão debatidos os fundamentos, a atuação da Subcomissão Técnica, a gestão e o processo de atualização da CNAE, além de um histórico dos trabalhos, a fim de propiciar aos participantes uma visão global da CNAE e do atual estágio em que ela se encontra.

O papel de cada estado e a atuação da Receita Federal do Brasil e do IBGE, ao cederem servidores e equipes para a consecução dos objetivos da CNAE, foram igualmente enfatizados. “A rigor, para conhecer a CNAE seria preciso dar um passeio pelo Brasil”, disse Regina Maria Henriques,

coordenadora da Subcomissão Técnica da CNAE – Subclasses. Para ela, o trabalho conjunto, que a princípio seria um obstáculo, revelou-se muito proveitoso. “Equipes heterogêneas, com uma diversidade de visões de mundo, desde que guiadas por um objetivo comum, são as mais produtivas. O que é determinante é o bom relacionamento entre as equipes”, avaliou.

Segundo ela, a importância do acompanhamento do processo produtivo pode ser medida desde o registro de empresas e concessão de alvarás e licenças, na regulamentação da atividade econômica, no cumprimento das obrigações tributárias e, inclusive, nos ramos das pesquisas e da estatística. “Estamos falando de informação – o principal insumo do mundo moderno. É isso que nos permite dar forma à realidade e viabilizar nossas decisões políticas e econômicas”, sintetizou.

Para Regina Maria Henriques, embora as atividades econômicas sejam permeadas por novos tempos de integração da economia global, pela quebra de paradigmas e fronteiras, dentre outras mudanças, o processo de classificação não pode perder de vista o conceito de continuidade, de modo a assegurar estabilidade, com foco no conteúdo e na qualidade das informações prestadas

Atuação e metodologia da Subcomissão Técnica na formação de consenso entre órgãos participantes

Servidores da Receita Federal do Brasil avaliam a importância de compartilhar de forma transparente as informações para o êxito dos trabalhos da Subcomissão Técnica da CNAE



Antonio Roberto Barros - Delegacia de Instituições Financeiras - Receita Federal do Brasil

O que a classificação representa no processo de acompanhamento da atividade econômica? Essa reflexão foi o ponto de partida do painel que orientou os participantes sobre a atuação da Subcomissão Técnica da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Antônio Roberto Barros, da Delegacia Especial de Instituições Financeiras (Deinf/SP), da Receita Federal do Brasil, esclareceu que o trabalho da subcomissão é construir um modelo para representar a realidade de forma padronizada. “Fazemos um corte da realidade, definindo conceitos e valores”, afirmou.

Segundo ele, o objetivo de tais conceitos e padrões é servir, não apenas à simples comunicação entre os órgãos, mas permitir construir algo em comum, uma visão conjunta e benéfica a todos. “Isso foi possível graças a uma metodologia de construção de consensos que se tornam possíveis à medida que informação é compartilhada de forma transparente”, avalia.

Para que os participantes pudessem “vivenciar” essa metodologia, Sônia Regina Ewald Marques, da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária (Derat/RJ) propôs uma dinâmica em que os participantes assumiam o papel de um grupo de sócios empreendedores em vias de tomar decisões conjuntas sobre como investir seu capital no ramo da economia, visando obter a maior rentabilidade no momento.

Foram fornecidas edições de um jornal fictício com notícias sobre os setores de brinquedos importados, exportação de frutas cítricas e do ramo de cosméticos. Segundo

ela, tal dinâmica ilustra bem como a informação influenciou a tomada de decisões da Subcomissão Técnica e tornou possível se chegar a consensos a partir de grupos heterogêneos. “À medida que as informações iam chegando, as pessoas reformulavam suas posições, ampliando a convergência até se chegar a consensos”, rememora.

Por fim, Denise Gonçalves Gergull, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Niterói, percorreu os passos que conduziram a criação da Subcomissão Técnica e da CNAE - Subclasses. A subcomissão teria nascido no contexto da unificação cadastral das três esferas de governo, quando se detectou a necessidade de uniformização das tabelas, até a adoção da estrutura da CNAE, gerida pelo IBGE. O próximo passo seria ampliar seu detalhamento, com a inclusão do 5º nível, divulgar a classificação e incentivar sua adoção para suportar.

Para tanto, a Subcomissão Técnica tornou-se um fórum de decisões conjuntas, que se reúne semestralmente. Dotada de regimento interno, desde 1999, é vinculada à Comissão Nacional de Classificação – Concla. e dotada de um regimento interno, desde 1999.

Denise Gergull destaca como características da Subcomissão, além da deliberação por consenso, a disseminação das informações e o trabalho compartilhado, a elaboração de um diagnóstico abrangente. “Quanto mais abrangente, maior é a possibilidade de a CNAE atender às necessidades dos órgãos participantes, atender a interesses institucionais distintos com respeito e transparência”, afirma.

Classificação das Atividades Econômicas e sua História

De forma lúdica e bem-humorada Grupo Teatral Lanteri, de Curitiba, desvela a história que há por trás da Classificação das Atividades Econômicas.



O Grupo Teatral Lanteri, de Curitiba, fez uso dos recursos da dramaturgia para colocar os participantes do II Seminário da Classificação Nacional das Atividades Econômicas a par da história que envolve o tema, que remonta à Europa do Séc. XIX, quando, pela primeira vez, se despertou para a importância de se dispor de informações econômicas capazes de serem comparadas entre si. Apesar da primazia, o continente europeu também enfrentou, por um longo período, percalços na implantação de sistemas de informações econômicas harmonizados.

Por falta de uma linguagem comum, a Onu não dispunha de informações para proceder à distribuição de recursos e prover o desenvolvimento nos países arrasados durante a Segunda

Guerra Mundial. Apenas dois anos após o conflito, em 1947, foi criada uma comissão estatística que iria, no ano seguinte, concluir a primeira classificação padrão sob a tutela da ONU.

Durante a encenação, os participantes puderam acompanhar a consolidação das classificações das atividades econômicas no Brasil, na década de 1970, embora, assim como na Europa, a definição de uma linguagem comum tivesse que aguardar mais alguns anos. Para retratar as dificuldades enfrentadas pelos órgãos públicos e administrações tributárias das diversas esferas de governo, impossibilitados de confrontar dados e registros coerentes, o Grupo Lanteri escalou uma dupla de atores que, na mesma repartição, acompanhou toda a evolução do processo, desde os primeiros acordos entre IBGE e os órgãos de cadastros da Administração Pública, com a publicação da TAE (Tabela de Atividades Econômicas); passando pela criação da Comissão Nacional de Classificação (Concla); pela Divulgação da CNAE, em 1994, e sua adoção na Administração Federal, no ano seguinte; a formalização da Subcomissão Técnica, em 1998; as diversas versões da CNAE Fiscal (entre 2001 e 2006); até a elaboração da CNAE 2.0.



Ouvindo demandas, mantendo a estabilidade

Painel aborda os desafios e a metodologia de trabalho para atualizar periodicamente tabela CNAE



Moisés Silva Alves e Ana Paula Silva

Para o representante da Secretaria Municipal de Regulação Urbana de Belo Horizonte, Moisés Silva Alves, um dos maiores dilemas da classificação de atividades econômicas é o de retratar uma realidade em constante mutação, acompanhando o desenvolvimento econômico de intenso dinamismo, por meio de um instrumento padronizado e estável.

“A cada momento são criados produtos e novas atividades, tornando o mundo cada vez mais complexo. Se a cada momento fizéssemos uma alteração na estrutura da classificação, seria impossível termos um cadastro sincronizado. E não podemos perder de vista sua estabilidade”, exemplificou.

De acordo com Ana Paula Silva, representante da Secretaria Estadual da Fazenda de Pernambuco (Sefaz/PE), a Concla (Comissão Nacional de Classificação), além de publicar as novas versões e harmonizá-las aos padrões internacionais, zela pelas atuais 1301 subclasses, através de um importante instrumento de gestão: o formulário de atualizações. É por meio desse formulário que são recebidas demandas, propostas e subsídios dos órgãos usuários, de contabilistas e entidades de classe.

A tramitação desses formulários é iniciada com o envio da demanda por um solicitante e com a análise dos seus requisitos básicos por um grupo de triagem, eventualmente embasada em uma pesquisa de campo para analisar se a tendência da economia é favorável à atualização proposta. Após

essa triagem, a o relator do grupo faz um parecer com apoio do IBGE e, ainda que resulte em parecer desfavorável, a demanda é encaminhada à Subcomissão Técnica que se reúne semestralmente, de modo preliminar ao grupo de atualização. As solicitações pertinentes são encaminhadas ao IBGE que dará formatação final e encaminhará à Concla para publicação em Diário Oficial.

Moisés Alves define que o papel do cadastro não é abranger a totalidade das atividades atuais, mas oferecer um modelo reduzido da realidade onde se quer atuar, ordenando elementos de um conjunto, de acordo com um interesse específico. Nesse sentido, ele explica que cabe aos bancos descritores o papel de contemplar as novas atividades por subclasse até que seja feita uma nova revisão. “As revisões devem ser pré-anunciadas porque todos os usuários precisam adequar seus sistemas antes da adoção de uma nova versão”, explicou. Assim, uma nova subclasse só será incluída após a publicação de uma atualização.

Segundo ele, hoje as atualizações e solicitações de desdobramento das subclasses têm uma demanda pequena e que os formulários foram usados, sobretudo, após a publicação da versão inicial da CNAE Fiscal, em junho de 1998. No entanto, ele ressaltou a relevância dos formulários. “Ele é um importante instrumento de comunicação entre a Subcomissão e os órgãos usuários é um instrumento de gestão participativa para ouvir as demandas das diversas realidades regionais”, concluiu.

Classificação de atividades de serviços representa um constante desafio



Raimundo Cezio Flores Filho

A atividade de serviços é hoje a que apresenta a maior dificuldade na Classificação Nacional de Atividades Econômicas. “O tratamento odontológico em cães é um exemplo de como aparecem diariamente novos serviços que não têm codificação específica, gerando um constante desafio no processo de revisão da tabela de classificação”, afirmou Raimundo Cezio Flores Filho, da Receita Federal do Brasil.

Com o tema “Instrumentos de Apoio à Atribuição de Códigos CNAE”, o palestrante alertou que o empresário deve utilizar os aplicativos de recursos buscando a característica econômica da atividade, evitando se concentrar apenas na classificação da sua atividade. Ele lembrou ainda que o modo mais “interessante e completo” de busca é digitar o radical da palavra seguido de asterisco. “Tivemos um caso em que o empresário escrevia hortifrutigranjeiro e não encontrava nenhum registro. Sugerimos que ele

digitasse hort* e apareceram vários códigos”, esclareceu.

O usuário conta com seis instrumentos de pesquisa do código da atividade para desvendar as 16 seções da área de serviços, contra quatro da indústria e um de pesca e agricultura. Entre eles, as notas explicativas constituem o instrumento básico de definição do conteúdo das categorias da CNAE, apontando os casos limite entre elas. Já as descrições de atividades é um reflexo do mundo real, listando as atividades que compõem cada classe e subclasse da CNAE.

Para Cezio Flores, o principal instrumento é a Central de Dúvidas e Sugestões, em que o empresário apresenta seu problema para o IBGE, o que pode levar à criação de subclasses. “Essa participação do usuário indica que a classificação merece passar por atualizações, como foi o caso do profissional especializado em tratamento odontológico para animais”, afirmou.

Meta é ampliar o número de usuários

“Olhando para trás, um longo caminho já foi percorrido, mas olhando para frente há muito a fazer”. Essa frase, que encerrou a palestra “Fundamentos e Princípios da Classificação”, indica os objetivos da CNAE. O mais importante deles, segundo Eudes dos Santos Monteiro Júnior, do IBGE, é ampliar o número de usuários nos municípios”. “Apenas as capitais do país estão integradas na classificação única. Precisamos agora envolver os municípios localizados no interior”, afirmou.

Essa meta é consequência do fundamento da Classificação Nacional de Atividades Econômicas, que é fornecer a identidade econômica das unidades de produção nos cadastros administrativos. “A CNAE é instrumento chave na construção dos sistemas de informação sobre a realidade

econômica”.

O palestrante enfatizou a necessidade de seguir com rigor os requisitos da abrangência, da estrutura hierárquica, da definição de categorias e da estabilidade para a adequada classificação na tabela. “Uma perfeita articulação entre os usuários exige a cobertura de todo o universo e que a atividade esteja contida em uma única categoria, além da estabilidade no tempo por causa da sua característica de linguagem comum”, afirmou Eudes dos Santos.

Com o olhar no futuro, os ideais da



CNAE incluem ainda o aperfeiçoamento e racionalização do uso da classificação, o uso do processo automatizado de codificação e a conclusão da transição da versão 2.0, em vigor desde janeiro deste ano.

Assessoria de Comunicação da Receita Federal do Brasil - Divisão de Comunicação Interna
 Esplanada dos Ministérios - Bloco P - Edifício Sede do Ministério da Fazenda - sala 714 - tel: 61 3412 2776
 Jornalistas: Vitor Casimiro (DRF Jundiá), Cláudia de Campos Almeida (ARF Bragança Paulista)
 Produção: Paulo Morgante (SRRF08)
 Tiragem: 1000 cópias